

A n e x o I

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º)

1 - AUGUSTO CARDOSO FERREIRA, portador do Documento de Identificação N.º 4391855, residente na Rua Frei Francisco, Moitas Brancas, Freguesia da União de Freguesias Ilha, Mata Mourisca e Guia, Concelho de Pombal, na qualidade de representante legal de **ILHAUGUSTO CONSTRUÇÕES, Lda**. Contribuinte N.º 504 373 064, com sede na Rua Frei Francisco, Moitas Brancas, Freguesia da Ilha, Concelho de Pombal, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do Procedimento de concurso público referente à empreitada "**Acesso à Zona Industrial de Meirinhas, a partir do IC2 (KM 139+350) - (Integração Paisagística) - Proc. nº 30/2017**", declara sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Declaração do concorrente de aceitação de conteúdo do caderno de encargos, elaborada de acordo com o modelo constante do Anexo I ao presente programa;
- b) Certidão da Conservatória do Registo Comercial (Certidão Permanente);
- c) Cópia do Documento de Identificação da Gerência;
- d) Proposta de Preço de acordo com o modelo constante no Anexo II;
- e) Declaração a que alude o n.º 4 do Artigo 60.º do CCP;
- f) Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas, emitido pelo IPMIC;
- g) Declaração (o qual não apresenta Proposta com valor anormalmente baixo);
- h) Lista de Preços Unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução;
- i) Memória Justificativa e Descritiva do modo de Execução da Obra;
- j) Nota Justificativa do Preço Proposto;
- k) Plano de Trabalhos, onde está incluído:

- Plano de Trabalhos - Fixação da Sequência e prazos parciais de cada uma das espécies diferentes de trabalhos previstas,
- Plano de mão-de-obra;
- Plano de Equipamento;
- Plano de Pagamentos;
- Cronograma Financeiro;

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar a execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;
- c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei N.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei N.º 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e

contribuições para a segurança, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;

i) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes:

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do Artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa a prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação a entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

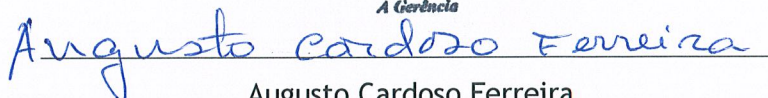
6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o Anexo II do

referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do numero anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra - ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Pombal, 06 de Junho de 2017

ILHAUGUSTO - Construções, Lda.
A Gerência



Augusto Cardoso Ferreira

(Sócio Gerente)